

## **Auditoria Interna/ final draft 1.4.2008**

### **1. Sumário Executivo**

#### **QAD indicador/meta de 2007: 30% de órgãos de controlo interno de nível central e provincial em funcionamento**

A percentagem de instituições de nível central e provincial com OCIs em funcionamento, é de 25%, o que significa que o indicador não foi atingido mas está com progresso.

Embora o indicador tenha sido acordado, o plano do SCI não foi aprovado ao longo do ano, não existindo condições plenas para implementação do mesmo. No entanto, esforços diversos permitiram realizar as seguintes acções:

Para melhorar a capacidade inspectiva dos Órgãos de Controlo Interno (OCI) foram recrutados e formados 49 técnicos para o SCI afectos às inspecções sectoriais, tendo a IGF pela 1 vez dado o curso de integração aos novos técnicos o que consumiu grande parte do tempo destinado a outras actividades, diferentemente dos anos anteriores, em que a formação foi com base em *outsourcing* para 34 técnicos em duas fases.

A elaboração do Modelo de Negócio do SCI foi uma actividade que teve o seu início em 2007 e tem em vista o desenho das linhas gerais e estrutura de funcionamento do SCI no futuro em articulação com os restantes subsistemas.

A conclusão do Manual básico de auditoria foi um aspecto muito importante.

Em 2007 foram concluídos pela IGF 130 relatórios de auditoria. Verificou-se um crescimento **em 25%** relativamente ao ano 2006. Foram identificadas 300 recomendações de maior peso que serão objecto de acompanhamento até ao final do 1º semestre de 2008.

A elaboração e revisão da legislação sobre a estrutura organizacional da IGF que embora finalizada a sua aprovação só será em 2008.

A responsabilização dos gestores em casos de desvios às normas e actos de corrupção ainda é um desafio e devem ser melhor tratados por forma a permitir uma melhor visualização do processo de combate a corrupção pelo Governo.

Em 2007 o SCI ainda não tinha o seu plano trienal aprovado o que afectou a execução do plano anual de actividades pois, no referido ano o SCI foi realizando acções de acordo com as oportunidades que lhe foram oferecidas e que realmente tinham garantia financeira.

### **2. Avaliação do desempenho**

#### **Execução do Orçamento e BdPES**

O nível de execução orçamental em 2007 a nível central para despesas correntes foi de cerca de 100% da dotação disponível. A Delegação Norte em 2007 teve uma execução de 60,54%, enquanto que a Delegação Centro teve uma execução de 99,95%.

A Irlanda transferiu fundos no âmbito do financiamento da Auditoria de Desempenho no Sector da Justiça, mas estes fundos não foram inscritos no OE devido ao atraso na elaboração do orçamento específico da auditoria.

O grau de execução dos fundos da Irlanda pela IGF foi de 17%, decorrente da aprovação tardia do Plano de Auditoria, que culminou com o início dos trabalhos no mês de Outubro de 2007. A execução dos fundos da Suécia foi de 59%, pelo atraso verificado no início das actividades

Tal como nos anos anteriores o BdPES não menciona actividades realizadas no âmbito do SCI e não menciona se a meta do indicador foi atingido ou não. Há toda conveniência que a IGF e o Ministério das Finanças assegurem que os documentos chave do Governo façam menção apropriada aos objectivos e actividades referentes ao SCI.

### **Auditorias realizadas pela IGF**

Até 31 de Dezembro de 2007, foram concluídos 130 relatórios de auditoria, das 262 acções planeadas, o que se traduziu num grau de realização de 50%. Das acções previstas 103 eram acções transitadas.

De salientar que das 43 acções previstas diziam respeito a auditorias das Administrações Distritais, em comparação com as 22 do ano 2006. Por insuficiência de fundos estas iniciaram apenas em Setembro de 2007. Pois aqui trata-se de acções conjuntas constantes do plano trienal do SCI.

De realçar que dos 130 relatórios concluídos no final do período em análise, 73 são relativos a acções que transitaram de 2006 e 57 referentes a auditorias iniciadas em 2007. Comparativamente com igual período do ano anterior, verifica-se uma variação em -5% das acções transitadas (menos 4 relatórios), no entanto no que concerne as novas acções verifica-se uma variação na ordem dos 81% ou seja, mais 30 relatórios concluídos.

Em termos globais, **o nível de execução foi superior em 25% ao registado no final de 2006**, em que foram objecto de despacho superior 104 relatórios. **No entanto**, ao longo do 1º trimestre do presente ano tiveram **despacho mais 35 relatórios de auditoria de 2007 o que significa um crescimento em 21% comparado ao 1 trimestre de 2007.**

À semelhança do igual período do ano transacto, no final de 2007, estavam em curso 100 auditorias, das quais 93 em fase de elaboração do relatório (versão draft ou versão final), contraditório ou rectificação, com excepção da auditoria de desempenho ao sector da Justiça que só iniciou no 4º trimestre.

Foi efectuado o acompanhamento de 300 recomendações mais relevantes e constantes nos relatórios de auditorias anteriores contudo, o trabalho ainda está a decorrer e os resultados do acompanhamento serão conhecidos no primeiro semestre de 2008.

Para aumentar a integridade na utilização dos fundos públicos, é importante priorizar a responsabilização dos gestores em casos de desvios às normas e actos de corrupção.

### **Desenvolvimento da capacidade Institucional da IGF**

No que concerne as acções de desenvolvimento e capacitação institucional destacam-se as seguintes acções:

- Conclusão do projecto de carreiras especiais diferenciadas;
- Formação em serviço dada pelos assessores de longo prazo e consultores externos;
- Desenvolvimento da aplicação informática para o acompanhamento das recomendações;

A elaboração e revisão da legislação da estrutura organizacional da IGF foi concluída aguardando-se apenas pela sua aprovação no 1º semestre do corrente ano.

### **Acções realizadas no âmbito do SCI**

No âmbito do Subsistema de Controlo Interno (SCI) esforços tem-se empreendido no sentido aumentar o número de órgãos de controlo interno (OCIs) existentes e em funcionamento. De acordo com o levantamento feito, até 31 de Dezembro de 2007 estavam criados 18 OCIs a nível central, 4 empresas públicas, 22 direcções provinciais e 6 instituições com autonomia administrativa. Contudo, só os OCIs ao nível central é que apresentam planos de actividade e relatórios de auditoria, sendo considerados "em funcionamento". Em relação aos OCIs a nível provincial e municipal, não existem dados suficientes para considerar estes plenamente funcionais. Sendo assim, a percentagem de instituições de nível central e provincial com OCIs em funcionamento, é de 25% (18 OCIs em funcionamento dos 83 previstos), o que significa que o indicador não foi atingido mas está com progresso.

Foi finalizado o recrutamento e formação dos 49 técnicos para o SCI, processo que começou no 3º trimestre de 2006. A formação em sala decorreu de 19 de Fevereiro a 21 Março e o estágio em campo teve lugar em Abril e terminou em Julho, ao que se seguiu a afectação da metade dos técnicos em diferentes instituições do Estado ao nível central, os restantes aguardando pela afectação. Ao contrário dos anos anteriores em que a formação foi feita com recurso a *outsourcing* para 34 técnicos em duas fases, em 2007 a formação foi dada pela própria IGF que desenvolveu um grande esforço adicional para esta actividade. A formação contínua dos técnicos afectos aos OCIs é uma prioridade.

Destaca-se o curso sobre *procurement* na óptica do inspector no qual participaram cerca de 45 técnicos dos diferentes OCIs de entre Inspectores Gerais e chefes de departamentos centrais. De salientar que o referido curso teve também lugar em Nampula onde participaram 21 técnicos das DPPFs e da Delegação Regional Norte. Em 2008 o curso vai ser administrado em Beira para a Região Centro.

Relativamente as acções coordenadas inspectivas ao INAS, foram realizadas acções já concluídas nas províncias de Tete, Manica e de Gaza. Sobre as acções inspectivas às Administrações dos Distritos, foram auditados 43 distritos, mas dada a disponibilização tardia dos fundos as mesmas tiveram início apenas na segunda quinzena do mês de Setembro.

O manual básico de auditoria foi concluído e prepara-se para sua divulgação.

A criação e implementação dos Comités de Auditoria foi iniciado em Niassa, mas esta actividade está atrasado pelo facto de estar interlidada com a revisão do Estatuto da IGF.

Para 2008 é urgente a revisão do Plano Trienal do SCI 2008-2010, que já está atrasado, para posterior alocação de recursos, como externos. Devia-se contemplar a possibilidade de o plano do SCI ser incorporado no processo de planeamento e controle integrado e operacional da IGF, que possa contribuir positivamente para o processo de criação e fortalecimento do SCI bem como facilitar o cumprimento do plano estratégico do SCI.

### **3. Desempenho relativo às principais reformas centrais**

Neste âmbito está ser desenhado o modelo de negócio do SCI, que apresenta as linhas gerais de funcionamento e visão do SCI. Uma vez terminada a elaboração, o documento será apresentado junto a Utrafe e posteriormente a quem de direito para o seu sancionamento.

#### **e-SISTAFE**

Em 2007 foram formados 12 técnicos em matéria do e-Sistafe e prevê-se a continuação em 2008 de modo a que no final do ano possam estar capacitados nesta matéria a maior parte dos técnicos da IGF.

#### **Descentralização**

No âmbito da descentralização financeira foram realizadas 43 auditorias aos distritos, 13 auditorias aos municípios e 33 pareceres. Isto corresponde à 34,7% do total dos distritos e municípios.

#### **Avaliação do desempenho da auditoria interna com base no PEFA**

De acordo com a avaliação do PEFA, em 2006 a área de auditoria interna foi uma das que obteve alterações significativas comparativamente a avaliação feita em 2004, tendo evoluído de uma classificação de C+ em 2004 para B em 2006. Contribuiu para esta classificação a melhoria no grau de respostas e acompanhamento das recomendações de auditoria interna, que na avaliação passada teve uma classificação C e a avaliação de 2006 teve uma classificação B.

No entanto, para além destes avanços significativos outras melhorias tiveram lugar designadamente:

- Crescimento do número de entidades auditadas;
- Atenção as questões sistémicas e desenvolvimento de outros tipos de actividades de auditoria como é o caso da realização de auditorias de desempenho;
- Aumento da cooperação com o Tribunal Administrativo, permitindo o uso mais sistematizado dos relatórios da IGF para apoio às auditorias externas e nas auditorias as Administrações dos Distritos de modo a não permitir sobreposição de acções de auditoria, mas sim a complementaridade de esforços.

## **Implementação do Memorando de Entendimento**

### Auditorias de desempenho

Depois da Revisão Semestral de Setembro 2007 foi acordado o Plano Específico de Auditoria para a auditoria de desempenho no sector da justiça. Também foi acordado entre os PAPs e o GdM que o relatório final de auditoria estaria pronto até dia 31 de Julho de 2008.

Durante a Revisão Conjunta de 2007 foi acordado que o sector da Agricultura seria alvo do seguinte auditoria de desempenho. Sendo assim, foi acordado durante esta Revisão Conjunta de 2008, que os TdR para a auditoria estarão prontos até 22 de Maio de 2008, de modo a permitir a produção dum produto final até a Revisão Conjunta de 2009.